

Coordenadores
Eduardo Maneira
Valter Lobato

COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA NO ÂMBITO FEDERAL: QUESTÕES PRÁTICAS

SÃO PAULO
FOCOFISCAL
2015

Coordenadores

Eduardo Maneira
Valter Lobato

Organizadores

Fernando Moura
Daniel Serra Lima

Editoração

Ariane Alvares

Impressão

Edições Loyola

www.focofiscal.com.br

Contato: 11 3214-0050

M929c Compensação tributária no âmbito federal : questões práticas / coordenadores
Eduardo Maneira, Valter Lobato — São Paulo: FocoFiscal, 2015. 600p.

Inclui referências

1. COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA. 2. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. 3. PROCESSO TRIBUTÁRIO. 4. CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS. I. Maneira, Eduardo II. Lobato, Valter.

CDU 342.9
CDD 342

10651578

SUMÁRIO

PARTE I

VERDADE MATERIAL, SEGURANÇA JURÍDICA E DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA

1. PRINCÍPIO DA VERDADE MATERIAL I - HOMOLOGAÇÃO DAS BASES TRIBUTÁVEIS PELO DECURSO DO PRAZO DECADENCIAL

Início e fim da competência para lançar o crédito tributário e para homologar a compensação: a homologação das bases tributáveis pelo decurso do prazo decadencial vista sob a perspectiva das normas de competência..... 27

Tácio Lacerda Gama

A análise do direito creditório na repetição do indébito tributário federal 43

Ricardo Marozzi Gregorio

2. PRINCÍPIO DA VERDADE MATERIAL II - AUSÊNCIA DE RETIFICAÇÃO DE DECLARAÇÕES FISCAIS (DCTF, DIPJ, DACON) E POSSIBILIDADE DE RETIFICAÇÃO DO PER/DCOMP NO CURSO DO PROCESSO

Princípio da verdade material: ausência de retificação de declarações fiscais (DCTF, DIPJ, DACON) e possibilidade de retificação do PER/DCOMP no curso do processo..... 57

João Otávio Oppermann Thomé

O princípio da verdade material para superar erros materiais no preenchimento de declarações fiscais de acordo com a jurisprudência 79

Mary Elbe Queiroz / Antonio Elmo Queiroz

3. DELIMITAÇÃO DA LIDE NOS PROCESSOS DE COMPENSAÇÃO I - LIMITES À INOVAÇÃO DOS MOTIVOS APONTADOS PELO DESPACHO DECISÓRIO AO INDEFERIMENTO DO CRÉDITO EM SEDE RECURSAL; II - A INEXISTÊNCIA DE RECURSO DE OFÍCIO E DEVOLUÇÃO DA MATÉRIA EM LITÍGIO POR MEIO DE RECURSO VOLUNTÁRIO

Motivação do despacho decisório eletrônico e a retificação da DCTF após a declaração da compensação: uma análise do direito à compensação aos limites da Lide 107

Frederico Menezes Breyner / Juliana Junqueira Coêlho

4. A DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE COMPENSAÇÃO E O DEVER DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA DE FUNDAMENTAR AS DECISÕES

O ônus da prova no procedimento administrativo de compensação 125

Flávio Couto Bernardes / Pedro Henrique Garzon Ribas

O ônus da prova na compensação tributária 137

Alexandre Alkmim Teixeira

PARTE II

LIMITES NORMATIVOS PARA A GLOSA DA COMPENSAÇÃO

5. NATUREZA E EFICÁCIA JURÍDICA DO DESPACHO DECISÓRIO

Natureza e eficácia jurídica do despacho decisório no regime da compensação tributária disciplinada pelo art. 74 da Lei nº 9.430/1996 - A não homologação da compensação e o prazo para a cobrança dos débitos indevidamente compensados 159

Estevão Horvath / Ricardo Martins Rodrigues

Natureza e eficácia do despacho decisório 181

Luiz Gustavo A. S. Bichara / Mattheus Reis e Montenegro

6. RESERVA DE LEI COMPLEMENTAR PARA DISPOR SOBRE PRAZO DECADENCIAL E A CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 74, §5º DA LEI 9.430/96

Reserva de lei complementar para dispor sobre prazo de homologação tácita e a constitucionalidade do art. 74, §5º da Lei nº 9.430/96..... 203

Eduardo Junqueira Coelho / Sacha Calmon N. Coêlho

Compensação de tributos federais: a homologação da declaração de compensação 233

Andrei Pitten Velloso

7. PRAZO PARA HOMOLOGAÇÃO TÁCITA E POSSIBILIDADE DE SER PROFERIDO NOVO DESPACHO DECISÓRIO QUANDO O PRIMEIRO SE LIMITOU A ASPECTOS PRELIMINARES

O prazo para homologação tácita das compensações e a possibilidade de se determinar nova análise do crédito 249

Fernando Moura / Daniel Serra Lima

8. COMPENSAÇÕES NÃO DECLARADAS: INCONSTITUCIONALIDADE DA AUSÊNCIA DE PRAZO PARA HOMOLOGAÇÃO TÁCITA E DA VEDAÇÃO À APRESENTAÇÃO DE RECURSO COM EFEITO SUSPENSIVO. O ART. 74, §3 INCISO V, DA LEI 9.430/96 QUE CONSIDERA NÃO DECLARADAS AS TRANSMITIDAS APÓS O INDEFERIMENTO DO POR DECISÃO SUJEITA A RECURSO ADMINISTRATIVO E O PRAZO DECADENCIAL PARA REPETIÇÃO DE INDÉBITO

Compensações não declaradas: ofensa ao devido processo legal e restrição ao direito de repetição de indébito..... 269

Alessandra M. Brandão Teixeira / Bárbara Amaranto de Souza

Compensações não declaradas e o art. 74 da Lei nº 9.430/96 285

Marcus Lívio Gomes

9. COMPENSAÇÕES DECLARADAS EM DCTF E NECESSIDADE DE LANÇAMENTO DE OFÍCIO

Compensações declaradas em DCTF e a imprescindibilidade do lançamento de ofício para a constituição do crédito tributário 309

Valter De Souza Lobato / Mônica Barros

Compensações declaradas em DCTF e necessidade de lançamento de ofício ... 333

Túlio de Medeiros Garcia

PARTE III

PROBLEMAS ESPECÍFICOS

10. LIMITES PARA A COMPENSAÇÃO DE OFÍCIO

O princípio da igualdade e a compensação de ofício no direito tributário brasileiro 357

Antonio Reinaldo Rabelo Filho / Fernando Raposo Franco

Compensação de ofício: estrutura normativa e seus limites 385

Jules Michelet Pereira Queiroz e Silva

11. COMPENSAÇÃO TRANSMITIDA EM ATRASO E IMPUTAÇÃO DE ENCARGOS MORATÓRIOS

Entrega extemporânea da declaração de compensação e seus efeitos na relação jurídicotributária: a questão dos encargos moratórios e da denúncia espontânea..... 409

Daniel Giotti de Paula

12. GLOSA DE ESTIMATIVAS MENSAIS COMPENSADAS, PARCELADAS OU SUSPENSAS POR MEDIDA JUDICIAL NA COMPOSIÇÃO DE SALDOS NEGATIVOS DE IRPJ E CSLL

Saldo negativo e compensação de estimativas..... 429

Antonio Carlos Guidoni Filho

Saldo negativo e compensação de estimativas..... 449

Neudson Cavalcante Albuquerque

13. LEGITIMIDADE DA MULTA DE 50% EM CASOS DE COMPENSAÇÃO NÃO HOMOLOGADA

Da inconstitucionalidade da multa de 50% sobre o valor do crédito objeto de compensação não homologada, incluída pelo art. 62 da Lei nº 12.249/2010.. 469

Tiago Conde Teixeira

A multa de 50% em casos de compensação não homologada: uma breve análise sobre as perspectivas e expectativas fazendárias em face do recurso extraordinário no 796.939 489

Luís Carlos Martins Alves Jr.

14. REFLEXOS DAS DECISÕES JUDICIAIS NAS DECLARAÇÕES DE COMPENSAÇÃO

Reflexos do controle de constitucionalidade exercido pelo STF sobre as declarações de compensação 507

Donovan Mazza Lessa / Daniel Lannes Poubel

O art. 170-A do CTN: proposta de afastamento no caso de teses decididas em sede de recursos representativos de controvérsia nos tribunais superiores – arts. 543-B e 543-C do CPC 525

André Mendes Moreira / Eduardo Lopes de Almeida Campos

Os limites da compensação tributária com fundamento em declaração de inconstitucionalidade na forma do art. 543-B do CPC..... 541

Rodrigo Moreira Lopes / Moisés de Sousa Carvalho

15. O ART. 16, §3º DA LEF E A EXECUÇÃO FISCAL DE CRÉDITOS DECORRENTES DE COMPENSAÇÕES NÃO HOMOLOGADAS

A impossibilidade de vedar o controle judicial da decisão administrativa que não homologa a compensação 565

Eduardo Maneira / Luis Eduardo Maneira

O art. 16, §3º da LEF e a execução fiscal de créditos decorrentes de compensações não homologadas 579

Luiz Augusto da Cunha Pereira / Carolina Laboissiere Muzzi